

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO DO COMÉRCIO DE ROLAMENTOS E SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS¹

Eduardo de Almeida; Lukasz Andrzej Kosvoski²
Cleusa Teresinha Anschau, Frankimar Wilson Mazetto; Tiago Francisco de Camargo³

RESUMO

No trabalho em questão foi abordado o planejamento tributário de uma empresa do comércio de rolamentos e suprimentos industriais, onde o setor vem de alta expectativa de crescimento devido ao seu desenvolvimento em paralelo a indústria. Onde surge a questão: Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de distribuição de rolamentos e suprimentos industriais. O objetivo do estudo é verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de suprimentos industriais e justifica – se em compreender a importância de um planejamento tributário dentro de uma empresa, abordando maneiras legais e diversas de onerar tributos e planejar-se. Também tendo o intuito de constituir uma empresa fictícia, para ter um embasamento sobre a realidade comercial. E uma visão ampla de qual regime tributário optar considerando as formas possíveis, para utilizar seus recursos e conseguir administrar uma empresa de forma coerente e que possa ter lucro.

Palavras-chave: Contabilidade. Comércio. Tributos.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário econômico de recessão onde os empresários se mostram bastantes inseguros na realização de investimentos, e por consequência alguns setores estão passando por dificuldade, o planejamento dos gastos financeiros e tributários é fundamental para a sobrevivência da empresa, neste caso no setor de comércio.

Segundo Iudicibus e Marion (2010), definem comércio como o ato da troca de mercadorias por dinheiro ou outras mercadorias, ou seja, mesmo sem a moeda, iria ocorrer a troca de bens, que se tem em excesso, por coisas que não temos.

Isso só foi possibilitado devido as necessidades humanas e a insatisfação com o cotidiano. O homem busca suprir as suas necessidades básicas, e realizar as suas exigências particulares e gregárias, trazendo consigo mudanças e inovações para supri-las, e essas relações movem o comércio, (FIGUEREDO, 1999).

¹ Atividade desenvolvida no curso Ciências Contábeis da UCEFF 2017/2.

² Acadêmicos de Ciências Contábeis da UCEFF. E-mail: edurdo.dealmeida25@gmail.com; lukaszkosvoski@hotmail.com.

³ Orientadores da pesquisa (UCEFF, 2017). E-mail cleusaanschau@uceff.edu.br; frankimazetto@hotmail.com; tiago.camargo@uceff.edu.br.

Porém, conforme Coelho e Lins (2010), com a evolução da sociedade, principalmente a partir do Renascimento, e apoiadas pelas grandes navegações, surgiram organizações empresarias mais estruturadas, e de grande patrimônio. Ainda segundo os autores, foi na segunda metade do século XVIII, com a revolução social, que caracterizou, o surgimento da contabilidade de custos e a atividade empresarial como a produtora, e comercializadora de produtos.

Ou seja, é recente a preocupação de planejar-se financeiramente, e muitas empresas, de médio e pequeno porte, não dão a devida importância ou não têm condições, de comportar um profissional contador, para a sua administração financeira, orçamentária e tributária.

A arte do administrador de fundos financeiros, devidamente qualificado na área da contabilidade, é aplicar princípios econômicos e financeiros, no sentido de maximizar a riqueza da empresa e o valor de suas ações (CHIAVENATO, 2014). Ou seja, seu objetivo é maximizar os retornos dos seus proprietários, com o crescimento da empresa, e o lucro obtido de vendas, não quer dizer que demonstra o crescimento da empresa, pois existem obrigações a ser sanadas, e isso é interpretado de forma equivocada, pelos gestores inexperientes que o tratam como retorno em si.

E também se destaca a importância de efetuar o planejamento tributário, que é o estudo preventivo, pesquisando os efeitos jurídicos, econômicos e as alternativas legais para a menor oneração dos tributos na atividade (FABRETTI, 2006). Pois com menos tributos a serem pagos, a empresa pode investir em outras áreas, ampliar suas fronteiras e capitais, não é somente um direito, mas um dever determinado pelo 153 da Lei nº 6.404/76. O contribuinte deve sempre estar buscando a alternativa menos custosa, que lhe interessa e encaixe melhor (FERNANDES, 2009).

Em cada empresa o planejamento tributário é realizado de uma forma, pois cada uma vivência sua realidade, mesmo possuindo características iguais, cada qual terá uma finalidade com o mesmo (FERNANDES, 2009).

Diante do exposto apresenta-se a questão problema do estudo: **Qual o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de comércio e de rolamentos e suprimentos industriais?** O objetivo do estudo é verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de comércio de rolamentos e suprimentos industriais.

O estudo justifica-se em evidenciar a importância do profissional contador como o diferencial na gestão financeira, tributária e subsequentes funções, de uma empresa no setor de comércio, com ênfase no segmento de suprimentos industriais, aplicando princípios caracterizados pela profissão, desde o controle e planejamento, de estoque, obrigações e tributos, e a relação entre elas, para alavancar o valor da empresa.

O trabalho apresenta grande importância para o conhecimento de conceitos essenciais, para a gestão eficiente de uma empresa, relacionando conceitos contábeis, e o que trata a legislação brasileira, e evidenciar a sua participação no ramo de comércio, tanto na gestão organizacional, financeira e tributária, e representando-as legalmente, além disso estudando a empresa selecionada e seu ramo de mercado, aplicando a fundamentação no estudo da mesma.

2 AMBIENTE DE ESTUDO

Na segunda metade do século XVIII, houve o advento da revolução industrial na Inglaterra, com a mecanização da produção industrial através do motor a vapor desenvolvido por James Watt em 1765 (COELHO; LINS, 2010).

Caracterizando o fator mais poderoso de aceleração do crescimento econômico, oferecendo espaço para o desenvolvimento e expansão de outros setores industriais, pela oferta de máquinas e equipamentos, e conseqüentemente acarretou em seu desenvolvimento por meio das inovações tecnológicas no meio produtivo, almejando substituir a mão de obra pela mecanização (FLOUD, 1976).

Esse avanço na produção em massa de produtos, e novos tipos de indústria surgiu a necessidade de grandes quantidades de diferentes tipos de matéria prima e fermentas, que pudessem suprir e auxiliar a fabricação de forma mais eficiente, ou seja, suprimentos para a indústria. Em consequência disso surgiram organizações independentes, com o fim de controlar gerenciar e aperfeiçoar o fluxo de matérias-primas, desde produção armazenamento e transporte, procurando reduzir custos, para obter resultado, caracterizando o setor de suprimentos industriais (CHRISTOPHER, 2009).

De acordo com a ABIMAQ⁴ (2012), em 2012 o setor industrial, se viu ameaçado pelas condições macroeconômicas da Europa, e políticas econômicas que se encontraram

⁴ Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, tem o objetivo de atuar em favor do fortalecimento da indústria nacional, mobilizando o setor, para estimular a sua evolução.

enfraquecidas, pois com um crescimento de 2.7% na produção do primeiro semestre de 2011, houve um enfraquecimento no período subsequente, crescendo apenas 0.9%, principalmente a quebra de confiança do mercado, com expectativa de estabilização

Ainda, segundo a ABIMAQ (2012), no Brasil desde as crises deflagradas em 2008, com as fortes oscilações no mercado globalizado, o governo brasileiro reagiu rapidamente, procurando evitar uma recessão, mas não foi possível evitar a fragilização do setor. Em 2011, o faturamento bruto do setor atingiu R\$ 81,2 bilhões, e no primeiro semestre de 2012 atingiu o faturamento de R\$ 39,93 bilhões, representando um crescimento de 2,1% com o mesmo período do ano anterior.

A participação no faturamento total, ficou em grande maioria com as máquinas, para plástico (0,2%), Máquinas/Ferramentas (1,2%), Bombas e Motobombas (3.9%), Válvulas (2,4%), com destaque para as Máquinas Agrícolas (11%) e Bens sob Encomenda (15,1%) os que são necessários para suprir os diversos tipos de atividade industrial (ABIMAQ, 2012).

Desses equipamentos mecânicos são necessários, diversos tipos de componentes para a sua constituição. Os rolamentos são utilizados para transmitir movimento entre rodas, eixos, rodas e engrenagens, ou seja, realizam movimento rotativo, e por isso é amplamente utilizado, por possuir grande diversidade de aplicação, e diversas formas, oferecendo vantagens para as diversas situações de trabalho (FRANCESCHI; ANTONELLO, 2014). Da mesma forma os retentores de óleo nos motores, que impedem a passagem do óleo para partes comprometedoras, ou outros resíduos para o bloco (INFOMOTOR, 2009).

A demanda global de rolamentos no final de 2012, vinha de uma expectativa de crescimento de 7,8% ao ano, para faturar 96 bilhões de dólares em 2016, comparado com o faturamento de 2011, que era de 65 bilhões de dólares, onde se espera um crescimento rápido, nos países onde o mercado ainda está em seu desenvolvimento, principalmente pelas indústrias de equipamentos e veículos, expandindo assim a procura por rolamentos e fabricantes, juntamente com o mercado de reposição (BEARINGNEWS, 2016).

Ou seja, o setor evolui proporcionalmente ao crescimento da indústria em si, pois esse constante aumento reflete diretamente na matéria prima requerida para seu funcionamento e manutenção. Por essa face apresentam-se os fornecedores que abastecem o comércio do setor de distribuição (comércio) de rolamentos e outros suprimentos industriais, onde pode-se destacar: FRM, NSK, Tsubaki, Timken, IKO Bearings, Continental, BGL, Teadit, SAV, Mercur, ThreeBond, dentre outras (CASADOSROLAMENTOS, 2017).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atender o objetivo do estudo a revisão da literatura está estruturada em 4 tópicos. O primeiro apresenta a história evolução da contabilidade, demonstrando como surgiu, qual a sua função nas sociedades, e como e para que evoluiu conforme o contexto histórico, juntamente com as suas escolas.

No segundo tópico, podemos observar aspectos sobre o planejamento tributário, conceituando o que é tributo, quais são as suas espécies com ênfase nos impostos, conceito de ICMS, PIS/Pasep, Cofins, IRPJ, CSLL, quem legisla a respeito, e as atuais tarifas, e por fim o que é e para que serve o planejamento tributário.

No terceiro tópico, aborda-se a economia, o que é o mercado para a economia, seus fatores e as suas abstrações, conceituando a oferta e demanda, relacionada ao o que é fornecedor, e a influência da concorrência e, a globalização. E por último apresenta-se qual é a importância da administração financeira, dentro de uma empresa, o que é, quais os seus objetivos, o que o administrador financeiro realiza e, a importância de controlar e planejar-se, através de orçamentos.

3.1 A HISTÓRIA E A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Na civilização, a contabilidade sempre esteve presente na vida do homem, principalmente sob aspectos relacionados ao controle de seu patrimônio (COELHO; LINS, 2010). Para Iudícibus e Marion (2002) a contabilidade existe desde o início da civilização, pelo menos desde 4000 anos a.c. sob a estrutura rudimentar de controle através de inventário. Ainda segundo estes autores a função primordial da contabilidade é avaliar a riqueza do homem e suas variações, isto é possível através das informações produzidas pela contabilidade.

Conforme Lopes de Sá (2002), os registros contábeis ganharam uma sistematização ampla somente a partir da Idade Média, ou seja, período em que a sociedade começou a desenvolver e necessitar de um maior rigor lógico sobre os fatos, procurando entender a correlação entre causa e efeito. Este período foi marcado socialmente pelo teocentrismo extremo onde deus é o centro do universo, e nada se poderia ser questionado ou inventado sem a autorização da igreja (clero), sob o risco de pena de morte para quem não assim o fizesse.

Neste sentido Coelho e Lins (2010, p.118) afirmam que:

“Com o surgimento dos primeiros reinados e monarquias, os reis tinham preocupações primeiramente com o controle das riquezas, seja sob a forma de pedras preciosas ou terras conquistadas, ou mesmo o controle do exército e do armamento disponível para proteção contra os povos inimigos. O conhecimento de tais informações era fundamental para que se mantivesse controle sobre essas riquezas”.

O Renascimento foi um período que marcou o fim da Idade Média nos séculos XV e XVI, e compreendeu um conjunto de transformações culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas na sociedade (COELHO; LINS, 2010).

Esses fatos proporcionaram um impulso espetacular para a contabilidade, principalmente após a obra literária relevante de Luca Pacioli em 1494, apresentando o método das partidas dobradas (IUDÍCIBUS; MARION, 2002). Exemplificada por Lopes de Sá (2002, p. 25) como se “a inserção do valor sugeriu-se em dobro, embora só um fato estivesse acontecendo, mas revestido de dois aspectos absolutamente distintos (um valor identificado como a causa e o mesmo valor como efeito)”.

Ainda segundo Coelho e Lins (2010), foi nesse período que as necessidades de controle se tornaram mais complexas, caracterizadas pelo surgimento das navegações que resultaram em uma grande ascensão para o desenvolvimento do comércio e de organizações empresariais mais estruturadas, que resultaram em grandes movimentações de patrimônios e de capital, sinalizando a necessidade de instituições que pudessem vir a ser confiadas estes valores, então surgem os bancos para viabilizar o transporte e a segurança dessas riquezas.

Na segunda metade do século XVIII, houve o advento da revolução industrial que se iniciou na Inglaterra, com a mecanização da produção industrial através do motor a vapor desenvolvido por James Watt (1765) amparada pelo excesso de oferta da mão obra barata praticamente escrava, o mundo nunca mais seria como antes desta revolução (COELHO; LINS, 2010).

Esse novo ambiente esboçou novos desafios como o de mensurar estoques maiores quantidades e muito diversificados (complexos), surgindo então a necessidade da criação do ramo contábil de custos (COELHO; LINS, 2010). Conforme Martins (2003, p. 14) como “a preocupação primeira dos contadores, auditores e fiscais foi a de fazer da contabilidade de custos uma forma de resolver seus problemas de mensuração monetária dos estoques”.

No século XX, gradativamente o continente europeu foi perdendo a hegemonia das questões contábeis para os Estados Unidos, devido a constante preocupação com a teoria o que não gerava as reais necessidades informativas da época, oferecendo o espaço para a contabilidade prática da escola Americana (COELHO; LINS, 2010).

Segundo Straioto (2000), o grande desafio para a contabilidade do século XXI, é demonstrar a natureza dinâmica e intangível da criação de valor da empresa moderna, em forma de mensurar o custo dos serviços e o capital intelectual, e demonstrá-los conforme outras perspectivas de continuidade na geração de resultados, ou seja, está em constante adaptação para fornecer informações úteis na tomada de decisões, com a utilização de novas tecnologias.

3.2 A CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Para a legislação brasileira, existe o chamado fato gerador da obrigação tributária, que é definido como nada mais que o fato necessário e suficiente para a ocorrência da obrigação tributária, ou seja, é o fato que gera a obrigação de pagar o tributo (OLIVEIRA, *et al*, 2007). Por isso ao decorrer da atividade empresarial de comércio, constituem-se fatos geradores para a tributação de PIS/Pasep, Cofins, ICMS, IRPJ e CSLL.

Para que possa ter um maior entendimento sobre a parte tributária envolvida na gestão de uma empresa, é fundamental que haja o conhecimento de alguns conceitos vinculados ao tributo. Com isso Oliveira *et al* (2007, p. 23) nos esclarece que:

“O Código Tributário Nacional conceitua tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Segundo Fabretti (2006) os tributos dividem-se em espécies chamadas de tributos vinculados que são as taxas, tributos não vinculados basicamente os impostos e algumas contribuições especiais e de melhoria.

Os não vinculados, e de maior importância para o desenvolvimento do artigo são os impostos, instituídos por lei, que tem por fato gerador uma situação independentemente de qualquer atividade relativa ao contribuinte, que podem ser cobrados diretamente, ou indiretamente embutidos no preço do produto (FABRETTI; FABRETTI, 2005).

Os tributos citados anteriormente que incidem na atividade empresarial na coleta de tributos são caracterizados como impostos. Onde para Silva (2005), o ICMS é o imposto sobre operações a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, cobrado de maneira integrada no preço do produto, onde cada Estado possui legislação e alíquota própria, ou em caso de interestadual a substituição tributária.

O Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são impostos de âmbito federal, classificados como contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social, instituídos por lei em regimes cumulativo e não cumulativo (HIGUCHI, 2014). Conforme a Lei nº 9.718/98, a alíquota da COFINS fica em 3,0% e a alíquota do PIS 0,65%, no regime cumulativo sobre o faturamento e, 1,65% e 7,6%, respectivamente sob não cumulativo (FABRETTI, 2006).

O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), possui seu fato gerador determinado pelo Art. 43 do CTN, é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza, já a, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), foi instituída pela Lei 7.689/88 com o objetivo de financiar a seguridade social por meio dos lucros das pessoas jurídicas e das entidades que são equiparadas pela legislação do imposto de renda (OLIVEIRA, 2005). Rodrigues et al (2008), afirma que o IRPJ, possui alíquota de 15% sobre lucro apurado, e adicional de 10% se exceder vinte mil reais mensais, e o CSLL é de 9% para pessoas jurídicas em geral.

O Simples Nacional foi estabelecido pela Lei Complementar nº 123, e aplica-se em empresas de pequeno porte (EPP) e Microempresas (ME), e consiste-se no recolhimento dos tributos através de uma guia única, baseado em uma tabela progressiva aplicada o faturamento a empresa, ou seja, a medida que seu faturamento aumenta, muda-se a alíquota da tributação (YOUNG, 2009).

Por isso destaca-se a importância de efetuar o planejamento sobre a incidência desses tributos no negócio. Para Chaves (2009, p. 5), “o planejamento tributário é o processo de escolha de ação, não simulada, anterior à ocorrência do fato gerador, visando direta ou indiretamente a economia de tributos”. Ou seja, é o estudo preventivo, pesquisando os efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais para a menor oneração dos tributos na atividade da empresa (FABRETTI, 2006).

Ainda segundo o autor esse ramo da contabilidade tem como objetivo colocar em prática os conceitos e normas básicas da contabilidade e legislação tributária, de forma simultânea e adequada. É importante considerar que esse profissional, deve estar sempre se adequando, pois os critérios e aspectos dos impostos encontram-se de forma bastante dispersa em vários contextos legislativos inseridos nos diversos patamares da ordem jurídica (BORGES, 2011).

3.3 ECONOMIA

A economia é uma ciência social que estuda a interação de escolha entre indivíduo e sociedade, no emprego dos recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, e distribuição dos mesmos entre várias pessoas e grupos da sociedade, com fim de satisfazer as necessidades humanas (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

Porém, para Rossetti (2003), a complexa teia de relações e múltiplos fatores, dificultam de certa forma, a formulação de uma definição abrangente de economia, que é influenciada por diferentes concepções que a percebem de diferentes formas, ou seja, o conceito de economia evolui e altera-se conforme a sociedade, e melhor entendida se interpretando as suas faces.

O mercado é uma dessas faces, visto primitivamente como um lugar ou instituição social, baseado em um conjunto de regras onde os agentes econômicos efetuavam transações de fatores produtivos, bens e serviços (TROSTER; MOCHÓN, 2002). Entretanto o conceito de mercado a nível econômico é mais amplo e distante da primitiva, onde não é mais de conotação geográfica, mas sim em forma de abstração econômica na relação entre produtos e fatores, oferta e demanda, e a correlação entre eles (ROSSETTI, 2003).

Aí separamos o mercado em duas categorias de referência: o de produtos e o de fatores. Nos dois casos, o mercado define-se pela existência de forças aparentemente antagônicas: as da procura e as da oferta. Quando ambas ocorrem simultaneamente, definem um mercado. [...] quando, enfim, recursos humanos, financeiros e de capital são ofertados e procurados, pode-se dizer que há um mercado de recursos. Ou então, mais especificamente, mercado de trabalho, mercado financeiro, mercado de capitais. Todos são abstrações, que dizem respeito à oferta e a procura dos recursos (ROSSETTI, 2003, p. 395).

Ou seja, a oferta e a demanda são as forças que movimentam a economia de mercado, e pode-se entender que esses dois movimentos do mercado determinam a quantidade produzida de cada bem e o preço que será vendido, nos apresentando as informações de como o comportamento das pessoas interferem nos mercados e como ele reage (HAFFNER, 2013).

Demanda ou procura, pode ser definida como a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em um determinado período de tempo, considerando diversos fatores como o preço, renda, gosto ou preferência. E a oferta seria as várias quantidades que os produtores tem interesse de colocar no mercado em determinado período de tempo, considerando o seu preço, o preço de custeio e as metas estabelecidas por eles (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

Para Troster e Móchon (2002) na sociedade moderna, as empresas produzem e oferecem praticamente a totalidade dos bens e serviços e são as maiores responsáveis pela produção, já que só elas são capazes de obter as vantagens da produção em massa, já que somente elas têm os recursos financeiros e físicos necessários para realiza-la. Onde é possível defini-las como fornecedores, pois o Código de Defesa do Consumidor (2013, p. 2) estabelece que:

“Fornecedor é toda pessoa física e jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.”

No mercado existe o fator da concorrência que influencia a tomada de preços de diversas maneiras. Pode haver uma empresa ditando a oferta do mercado (monopólio), ou poucas empresas que dominam essa oferta de mercado, tanto a quantidade e preços são fixados entre elas caracterizando um cartel (oligopólio), e a monopolística que intermédia uma concorrência perfeita, onde os monopólios possuem pouco poder, em frente ao mercado competitivo, onde lucros extraordinários a curto prazo, atraem mais empresas e a longo prazo só existirão lucros normais, caracterizando o mercado (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008).

Para Krugman, Obstfeld e Melitz (2015, p. 3) “a economia internacional os mesmos métodos fundamentais de análise que outros ramos da economia, porque os motivos e comportamento dos indivíduos são os mesmos nos negócios internacionais e nas transações domésticas”.

Contudo o estudo da economia internacional nunca foi tão importante quanto no século XXI, onde as nações estão mais próximas que nunca devido a globalização, e essas relações caracterizaram uma economia globalizada de grande turbulência, por fatores que modificam rapidamente fortunas econômicas ao redor do mundo, mas também trazendo benefícios como suprir a necessidade de recursos que são escassos em determinada nação, porém outros recursos que buscam no exterior poderiam produzir por si mesmos, para gerar empregos e economia nacional, o que geram diversas reflexões (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

3.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO

Para Chiavenato (2014), a administração financeira nada mais é que, uma área da administração que cuida dos recursos financeiros da empresa, sendo assim trata do processo, das instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de recursos entre pessoas,

empresas e governos. Ou seja, é a arte de administrar os fundos, envolvendo a aplicação de princípios econômicos e financeiros no sentido de maximizar a riqueza da empresa e o valor de suas ações (CHIAVENATO, 2014).

Evidenciando que seu objetivo econômico básico não é somente o lucro que contribui para que a empresa cumpra suas funções sociais, mas a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará aumentando a riqueza de seus proprietários, pois os proprietários de empresas privadas esperam que seu investimento produza um retorno compatível com o risco assumido, por meio da geração de resultados financeiros e econômicos condizentes a longo prazo e tempo indefinido (HOJI, 2014).

Por isso, tem-se o costume de centralizar o controle e descentralizar as operações, pois a centralização da administração financeira, é motivada pelo fato de que todas as decisões vitais da empresa são tomadas sob aspecto financeiro (CHIAVENATO, 2014).

E essas decisões para Hoji (2014), entram como funções que tipicamente são exercidas pelo administrador financeiro, uma delas é a de analisar, planejar e efetuar o controle financeiro, que consiste em coordenar e monitorar todas as atividades da empresa, por meio de relatórios financeiros e participar ativamente das decisões para alavancar as operações.

Outra é a tomada de decisões em investimentos, que diz respeito às aplicações de recursos financeiros em ativos, bem como os retornos esperados e os riscos oferecidos por esses capitais investidos. E as decisões sobre financiamentos, ou seja, à forma de como financiar os ativos, considerando a combinação entre curto e longo prazo e a estrutura do seu capital, e as relações vinculadas com o pagamento dos dividendos (SILVA, 2004).

Para Oliveira (2004, p. 102), “o planejamento pressupõe a necessidade de um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e implementação na empresa”, ou seja, consiste em ter conhecimento sobre o futuro para poder mensurá-lo.

Segundo Andion e Fava (2002), o objetivo do planejamento é fornecer aos gestores uma ferramenta que os munície de informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar da melhor forma, antecipando-se às mudanças que ocorrem no mercado em que atuam.

Os orçamentos são de extrema importância para o auxílio no planejamento da administração financeira, pois por meio dos orçamentos é que a empresa elabora um plano de ações, e pelos resultados, pode se organizar, calcular seus gastos, realizar projetos para o futuro, reduzir custos, tudo a fim de possuir uma visão ampla para tomar decisões mais exatas (MOREIRA, 1999).

E não somente planejar, mas também utilizá-lo para controlar, que é essencialmente, acompanhar a execução de atividades da maneira mais rápida o possível, e comparar o que foi efetivamente realizado com o planejado, ou seja, além de gerar informações na tomada de decisões, auxilia na avaliação dos dados e eventualmente corrigir o desempenho alcançado, a medida de seu afastamento com o que foi planejado (SANVICENTE; SANTOS, 2008).

Porém, segundo Sanvicente e Santos (2008) apesar das vantagens de seu uso para controlar e planejar, ele não é a resposta para todos os desafios da empresa, pois para ele ser bem aplicado em uma empresa, requer que haja conhecimento de como interpretá-lo, já que não passam de estimativas sujeitas a erros, ou a complexidade de sua supervisão.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica enquanto disciplina, objetiva-se em desenvolver capacidades importantes do estudante que faz a iniciação científica, de observar, de relacionar e para organizar cientificamente os fatos (CIRIBELLI, 2003).

O estudo objetiva-se em verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento de suprimentos industriais. Portanto, quanto aos procedimentos metodológicos, o método científico utilizado foi o indutivo. O nível de pesquisa foi a descritiva e o delineamento foi o estudo de campo.

Utilizou-se do método indutivo, onde procura partir da coleta de dados particulares e após generalizar de forma a obter um conceito sobre o fato estudado, este método busca conhecer os fatos e fenômenos a partir de observações, (GIL, 2014).

O nível de pesquisa descritivo, para Gil (2014, p. 28) é o que “tem por objetivo primordial a descrição das características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O estudo com relação ao seu delineamento, classifica-se como, estudo de campo. Para Figueiredo *et al.* (2014), o estudo de campo é o aprofundamento do conhecimento da realidade de um determinado tema, baseado na observação das atividades do fenômeno estudado.

O instrumento de coleta de dados utilizado, na pesquisa foi a entrevista e observação. A entrevista foi realizada com o um colaborador da empresa Casa dos Rolamentos Ltda, localizada no município de Chapecó. A entrevista foi realizada com base em um roteiro estruturado no mês de agosto de 2017.

Entrevista para Marconi e Lakatos (2010, p.178) é “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

A observação em relação as práticas de gestão adotadas pela empresa Casa dos Rolamentos Ltda, também foram realizadas pelos pesquisadores no mês de setembro de 2017.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2010) o método pela observação, irá auxiliar o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos por meio dos sentidos, na obtenção de determinados aspectos da realidade, não apenas ouvindo, mas também examinando fatos e fenômenos.

A população da pesquisa está representada pelas empresas do segmento de comércio de rolamentos e suprimentos industriais. Conforme Parente, (2005 apud FIGUEIREDO, et al. 2014, p. 42), “[...] população são todos os membros de um grupo definido de pessoas ou itens”.

A amostra está representada pela empresa Casa dos Rolamentos Ltda. Segundo Parente, (2005 apud FIGUEIREDO, et al., 2014, p. 42), “[...] amostra é a porção de uma população pré-definida”. De forma não-probabilística por conveniência. Figueiredo, et al., (2014, p. 43), explica que a amostra não-probabilística por conveniência se dá da seguinte forma: “A amostra é escolhida da forma mais conveniente para o pesquisador, mais utilizada para pré-teste”.

Para a análise e interpretação de dados a técnica utilizada foi a qualitativa. O Estudo qualitativo serve para classificar e compreender, as atividades dinâmicas vividas por grupos sociais, e suas distinções, por meio de seu comportamento, e assim descrever a complexidade de um determinado problema, e as influências em seu meio, para contribuir no processo de mudança ou melhoria (DIEHL, 2004).

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para atender os objetivos da pesquisa, será aplicada a entrevista e realizada a observação, da empresa estudada onde será possível adquirir as amostras importantes, para a realização do estudo, que estão divididos em 6 capítulos.

O primeiro capítulo trata das características da empresa ora estudada, sua localização juntamente com a entrevista realizada onde foi possível identificar características, forma de atuação e como lida com a área tributária em sua atividade. No segundo capítulo tem-se as características aplicadas em uma empresa fictícia, com base na empresa ora observada para fins de aplicação metodológica de pesquisa, e o valor a ser integralizado no momento inicial.

O terceiro capítulo trata de todas as despesas, custos e receitas orçadas para a atividade da empresa ora criada, em grande parte com dados fornecidos pela empresa observada, porém em proporções diferentes e menor detalhamento. O quarto tópico, demonstra a escolha do regime tributário para a empresa com base nos orçamentos, foi simulada uma atividade em regime de lucro real e lucro presumido.

Por fim o quinto capítulo trata-se onde o dinheiro foi integralizado e aplicado na constituição e atividade da empresa, sua DRE e balanço final. E por fim o sexto tópico demonstra os indicadores da atividade.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA OBSERVADA

A empresa do ramo de comércio e distribuição de rolamentos e suprimentos industriais, abordada neste estudo trata-se da, Casa dos Rolamentos LTDA, fundada em 1972, em Chapecó/SC, e desde então vem crescendo e evoluindo para acompanhar as tendências do mercado, priorizando seus clientes para alcançar a excelência no atendimento, apoiada em uma grande variedade de produtos e serviços, sempre buscando garantir a qualidade e agilidade com um eficiente sistema de entrega (CASADOSROLAMENTOS, 2017).

Um questionário foi aplicado com o objetivo de recolher informações para a aplicação metodológica, sobre a empresa estudada Casa dos Rolamentos LTDA, com sua matriz localizada em Chapecó/SC, na Av. Getúlio Vargas, 2247-N, Passo dos Fortes, em forma de entrevista, com o intuito além de recolher as informações, mas também observar a forma como a empresa é constituída, esclarecer qual o regime tributário adotado e as características que levaram a essa escolha, quais ações a empresa adota para a sua divulgação, como é feita a formação de preços, prazos e quais impostos são os mais onerosos.

Quem nos atendeu para a realização do questionário foi o colaborador Thiago D. Damazzini, do setor Comercial, onde obtivemos as informações necessárias. A empresa é constituída por 3 sócios, em uma sociedade de responsabilidade limitada, e sob a denominação social CASA DOS ROLAMENTOS LTDA, o seu objeto de atividade econômica é o comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças.

A empresa está a 44 anos no mercado, e neste ano de 2017 conta com 42 funcionários, comercializando peças de uso industrial e automotivo (rolamentos, retentores, correias, macaís, acessórios pneumáticos, hidráulicos, acessórios, etc) nas mais diversas áreas, e em todo o Brasil,

mas com maior força na região Sul, em grande parcela para os aplicadores (indústrias, montadoras, oficinas) e distribuidores, efetuando a divulgação seus produtos através das mídias disponíveis, e participando de alguns eventos como a mercoagro.

Trabalha com várias tabelas de formação de preço, estipulado conforme o cadastro do cliente, ou seja, para consumidor final é um preço, para as revendas é usado outra tabela de preço e para indústria é outra tabela de preço, e não existe diferença entre pagamento a vista e a prazo, porém vende principalmente a prazo via boleto bancário.

Para fins de tributação os seus produtos são caracterizados como comércio de peças de uso industrial e automotivo, o que torna pertinente o fato gerador para ICMS, não cabendo aplicação de IPI, em seus produtos. Com relação aos impostos, a empresa paga IRPJ e CSLL, e os pagos e repassados para o consumidor final são ICMS, PIS, COFINS e ICMS ST sendo este o mais oneroso pois seus clientes/fornecedores, localizam-se em toda a região Sul e em grande parcela de fornecedores em São Paulo.

Com relação a maneira de recolhimento desses impostos, a empresa é optante pelo regime de lucro presumido, devido a simplicidade e ao seu grande porte que possibilita acumular lucro em um valor superior ao da presunção, além da menor incidência de alíquotas referentes ao PIS e COFINS levando em consideração ao crédito realizado, pois segundo o entrevistado, empresa possui um faturamento anual R\$ 18.845.000,00, e compra o produto a ser comercializado em aproximadamente R\$ 8.000.000,00, que é possibilitado o seu crédito pelo regime escolhido, além das despesas em aproximadamente R\$ 2.500.000,00, folha de pagamento R\$ 1.300.000,00, somados aos encargos em torno de R\$ 1.000.000,00.

5.2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA CONSTITUÍDA

Com a observação das práticas e modelos de gestão utilizada pela empresa Casa dos Rolamentos Ltda., foi criada uma empresa fictícia com base nos dados obtidos para a aplicação metodológica, sendo assim trata-se do objeto deste estudo.

A empresa objeto do estudo possui forma empresarial, constituída por meio de uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, sendo assim, no final de seu nome está presente a expressão limitada (LTDA), ou seja, é isso que define a sua forma empresarial.

Quanto ao seu nome, a empresa chama-se LD Comércio e Distribuição de Rolamentos e Suprimentos Industriais LTDA, esse é o nome empresarial registrado para fins comerciais e

tributários, caracterizado como denominação social, pois é um nome criado, sem qualquer vinculação com o nome dos sócios, no entanto, o seu nome para atuação no comércio é LD Suprimentos Industriais LTDA.

A empresa é administrada pelos próprios sócios, e a sua contabilidade é feita externamente, ou seja, é uma tarefa terceirizada. A empresa está localizada na Av. Getúlio Vargas, 2247-N, bairro Passo dos Fortes, na cidade de Chapecó, Santa Catarina. Atua no ramo de comércio e distribuição de rolamentos e suprimentos para a indústria, caracterizados em forma de três produtos, que são os rolamentos, retentores e correias, comercializados em grande parcela principalmente indústrias, oficinas, montadoras, e também para pessoa física.

Busca-se suprir esses setores, em todo o país, principalmente de toda a região Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Campos, com intuito de explorar fortemente seus grandes campos industriais, através dos nossos vendedores que realizam o contato via dos sistemas de telecomunicação, e de forma física em nossa matriz.

A empresa segue um modelo de formação de preços, via tabelas estipuladas conforme o cadastramento da empresa, ou seja, para o consumidor final é utilizado um preço e para indústrias outro, incluindo o repasse de impostos, sem diferenciação de preços à vista e a prazo. Entre os fornecedores, pode-se citar: FRM, NSK, Tsubaki, Timken, IKO Bearings, Continental, BGL, Teadit, SAV, Mercur, ThreeBond.

5.2.1 Recursos e Investimentos Iniciais

Para a abertura da empresa LD Suprimentos Industriais, foi necessário um investimento total de R\$ 920.000,00, onde um montante de R\$ 800.000,00 foi integralizado pelos sócios e R\$ 120.000,00 foi financiado do banco BNDES, em 3 anos, com uma taxa de juros de 13,50% ao ano.

5.3 LEVANTAMENTO DAS RECEITAS, DESPESAS E CUSTOS

No início das atividades da empresa, foi elaborado um plano orçamentário para efetuar a escolha do melhor regime tributário da entidade, elaborou-se uma projeção das suas receitas, despesas e custos, para um período inicial das atividades, correspondente aos meses de janeiro de 2016 á Janeiro de 2017.

O plano foi realizado almejando uma alocação eficiente de seus recursos, nos níveis comercial e administrativo, através do método de projeção de dados a partir de uma base zero, e com dados baseados na empresa observada para sua maior veracidade, optou-se por um horizonte periódico de orçamento de 1 ano, e levantamento de custeio de maneira estática, compondo o planejamento da empresa objeto ora criada.

Quadro 01 – Orçamento de Vendas em R\$

Descrição	1° trimestre	2° trimestre	3° trimestre	4° trimestre	Total
Receita com Vendas	1.739.100,00	1.765.800,00	1.868.800,00	1.991.100,00	7.364.800,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A partir das projeções, observa-se que a cada período novas despesas surgem, e essas variações fazem referência às necessidades do momento em que a empresa se encontra.

Adicionando-se os valores das receitas com vendas conforme Quadro 01, dos quatro trimestres estudados obtém-se um total de R\$ 7.364.800,00, que corresponde o faturamento obtido conforme a atividade da empresa no ano, além do Custo desta Mercadoria Vendida. A variação em seu faturamento deu-se devido a oscilação de vendas pela sazonalidade do setor, atualização monetária, e mudança de custos.

Outro fator observado foram os materiais necessários para a atividade da empresa, efetuando a compra das mercadorias.

Quadro 02 – Orçamento de Compras e Custo de compras Lucro Real em R\$

Descrição	1° trimestre	2° trimestre	3° trimestre	4° trimestre	Total
Compra de Mercadorias	727.864,41	940.474,58	1.080.135,59	1.215.050,85	3.963.525,42
(-) Impostos Recuperáveis	191.064,41	246.874,58	283.535,59	318.950,85	1.040.425,42
(-) ICMS	123.736,95	159.880,68	183.623,05	206.558,64	673.799,32
(-) PIS	12.009,76	15.517,83	17.822,24	20.048,34	65.398,17
(-) COFINS	55.317,69	71.476,07	82.090,31	92.343,86	301.227,93
(=) Custo de Aquisição	536.800,00	693.600,00	796.600,00	896.100,00	2.923.100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No regime tributário do lucro real, tendo os números das compras de mercadorias dos quatro trimestres abordados, deduziu-se os valores de ICMS, PIS e COFINS recuperáveis para chegar ao custo de aquisições do período, no total de R\$ 2.923.100,00. No primeiro mês houve a adaptação de estoque, drasticamente reduzido antes da primeira compra, para buscar um

cálculo médio mensal das mesmas. O aumento dos valores deu-se devido a atualização monetária, e aumento do custo dos produtos a serem revendidos.

Quadro 03 – Orçamento de Compras e Custo de compras Lucro Presumido em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Compra de Mercadorias	646.746,99	835.662,65	959.759,04	1.079.638,55	3.521.807,23
(-) ICMS Recuperável	109.946,99	142.062,65	163.159,04	183.538,55	598.707,23
(=) Custo de Aquisição	536.800,00	693.600,00	796.600,00	896.100,00	2.923.100,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Na simulação realizada através do regime tributário do lucro presumido, só é possível efetuar o crédito de ICMS em cima das compras, obtendo um custo de aquisições para o período de R\$ 2.923.100,00, sob as mesmas condições da simulação por lucro real. Não é possível realizar simulação sob simples nacional, devido ao faturamento ultrapassar R\$ 3.600.000,00, conforme Art. 3 da Lei Complementar N° 123 de 2006, evidenciado no Quadro 01, com o faturamento total o valor de R\$ 7.364.800,00.

Quadro 04 – Orçamento de Impostos: Compensação em R\$

Descrição	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Lucro Real					
(-) Impostos a Recolher	456.513,75	463.522,50	490.560,00	522.663,75	1.933.260,00
(+) Impostos a Compensar	191.064,41	246.874,58	283.535,59	318.950,85	1.040.425,00
(=) Impostos a Recolher	265.449,34	216.647,92	207.024,41	203.712,90	892.834,58
Lucro Presumido					
(-) Impostos a Recolher	359.124,15	364.637,70	385.907,20	411.162,15	1.520.831,00
(+) ICMS a Compensar	109.946,99	142.062,65	163.159,04	183.538,55	598.707,00
(=) Impostos a Recolher	249.177,16	222.575,05	222.748,16	227.623,60	922.123,97

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Com os orçamentos de compra e venda de mercadorias foi possível efetuar a compensação dos impostos, sendo eles a recolher para o governo e a recuperar os impostos relativos a compra dos produtos. No lucro real o total de impostos, relativos as vendas totalizaram R\$ 1.933.260,00 de PIS, COFINS e ICMS, com as compras foi possível recuperar R\$ 1.040.425,00 respectivos aos impostos citados, totalizando um montante de recolhimento para o governo de R\$ 892.834,58.

Já, no lucro presumido as alíquotas são menores, porém só é possível recuperar os impostos relativos ao ICMS, totalizando R\$ 1.520.831,00 sobre as vendas, R\$ 598.707,00 a reaver das compras e por fim um saldo de R\$ 922.123,97 a pagar.

Quadro 05 – Orçamento de Despesas com Salário em R\$

Valores/Regimes	Encargos	Lucro Real	Lucro Presumido
Salário Bruto		728.000,00	728.000,00
INSS Patronal	20,00%	145.600,00	145.600,00
FGTS	8,00%	58.240,00	58.240,00
Férias + 1/3 Constitucional	12,67%	92.237,60	92.237,60
13º Salário	10,86%	79.060,80	79.060,80
Provisão INSS s/Décimo T. e Férias	20,00%	145.600,00	145.600,00
Provisão FGTS s/Décimo T. e Férias	8,00%	58.240,00	58.240,00
SAT/RAT	1,00%	7.280,00	7.280,00
Feriados	4,34%	31.595,20	31.595,20
Total de Encargos	85%	617.853,60	617.853,60
Total Salários + Encargos (85%)		1.345.853,60	1.345.853,60

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na análise do orçamento comercial e administrativo destaca-se as despesas com salários, onde leva-se em consideração a somatória do Salário Bruto, sendo R\$ 546.000,00 do setor comercial, e R\$ 182.000,00 do administrativo, somados com os Encargos Sociais de 85% baseados na empresa observada. Com isso em mãos pode-se deduzir os encargos como o FGTS, o INSS Patronal, a Provisão para Férias + 1/3, a Provisão do INSS sem o décimo terceiro e férias e a provisão do FGTS sem décimo terceiro e férias, totalizando um valor para lucro real e lucro presumido de R\$ 617.853,60, não sendo possível o cálculo para o Simples Nacional.

Obtendo esses dados, foram levantadas um conjunto de despesas necessárias para o efetivo funcionamento da empresa.

Quadro 06 – Orçamento de Despesas Departamentais em R\$

Despesas Departamentais/ Mat. Indiretos	Lucro Real	Lucro Presumido
Despesas Administrativas	105.300,00	105.300,00
Materiais Indiretos Administrativos	28.200,00	28.200,00
Despesas Comerciais	304.900,00	304.900,00
Materiais Indiretos Comercial	79.200,00	79.200,00
Total	517.600,00	517.600,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Entre essas despesas estão custos como, energia elétrica, telecomunicações, serviços terceirizados, como a própria contabilidade que é efetuada de forma externa, aluguéis de equipamentos, diretos de software, publicidade e propaganda, embalagens, alguns impostos que incidem sobre imobilizado, dentre outros. Esses dados serviram como base para a constituição da empresa e servirão como base para um bom planejamento tributário, e auxiliar na escolha do regime tributário adequado.

5.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é o processo de escolha da ação que será tomada pela empresa anterior à ocorrência do fato gerador, ou seja, as empresas devem a efetuar antes de iniciar suas atividades, com o auxílio dos orçamentos visando a economia de forma direta ou indiretamente de tributos (CHAVES, 2009). Ou seja, é o estudo preventivo, pesquisando os efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais para a menor oneração dos tributos na atividade da empresa (FABRETTI, 2006).

Almejando esse objetivo, deve-se fazer a escolha do melhor regime tributário para a empresa se enquadrar. Onde cada regime possui legislação própria e suas peculiaridades, definindo os procedimentos a serem seguidos para um enquadramento mais adequado para a empresa. É importante considerar o profissional que atua neste ramo da contabilidade, deve estar sempre se adequando, pois, os critérios e aspectos dos tributos se encontram de forma dispersa em vários contextos legislativos (BORGES, 2011).

Para realizar a melhor escolha do regime tributário da entidade elaborou-se as projeções conforme Quadro 07.

Quadro 07 – Demonstração do Resultado em R\$

Dados/Regime	Lucro Real	Lucro Presumido
Receita Operacional Bruta	7.364.800,00	7.364.800,00
(-) Deduções	(892.834,58)	(922.123,97)
(-) ICMS	(578.216,68)	(653.308,77)
(-) PIS	(56.121,03)	(47.871,20)
(-) COFINS	(258.497,87)	(220.944,00)
(=) Receita Operacional Líquida	6.471.965,42	6.442.676,03
(-) Custo Das Mercadorias Vendidas	(3.053.900,00)	(3.053.900,00)
(=) Resultado Bruto	3.418.065,42	3.388.776,03
(-) Despesas Operacionais	(1.903.652,93)	(1.903.652,93)
(-) Despesas Comerciais	(1.417.799,97)	(1.417.799,97)
(-) Despesas Comercial	(1.394.200,00)	(1.394.200,00)
(-) Despesas c/ Depreciação	(23.599,93)	(23.599,93)

(-) Despesas Administrativas	(472.911,20)	(472.911,20)
(-) Despesas Administrativas	(470.200,00)	(470.200,00)
(-) Despesas Depreciação	(2.711,20)	(2.711,20)
(-/+) Resultado Financeiro Líquido	(12.941,76)	(12.941,76)
(-) Despesas Financeiras	(12.941,76)	(12.941,76)
(=) Resultado Antes Do IRPJ/CSLL	1.514.412,49	1.485.123,10
(-) Despesas Com IRPJ	(354.603,12)	(123.296,00)
(-) Despesas Com CSLL	(136.297,12)	(79.539,84)
(=) Resultado Líquido	1.023.512,25	1.282.287,26

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Analisando as demonstrações de resultado do exercício dos dois regimes tributários possíveis, Lucro Real e Lucro Presumido, observa-se pelos valores obtidos que o melhor regime tributário para ser seguido neste exercício é o Lucro Presumido, pois é o que apresenta um maior Resultado Líquido para este Exercício de R\$1.282.287,26, devido ao cálculo de IRPJ e CSLL ser feito através uma presunção sobre a receita operacional bruta da empresa, e confirma-se com base na análise que a empresa obteve lucro no demonstrativo real de seu exercício.

Efetuada a escolha automaticamente a empresa se enquadra no regime cumulativo para a arrecadação de PIS com alíquota de 0,65%, e COFINS de 3%, além de não ser permitido a recuperação dos mesmos sobre a compra de produtos, o que pode ser creditado é o ICMS tributado em 17%.

5.4 REGISTRO DO PATRIMÔNIO E RESULTADO ANUAL

O Quadro 08 apresenta a representação gráfica do patrimônio inicial da empresa LD Suprimentos Industriais LTDA.

Quadro 08 – Balanço Patrimonial inicial

Empresa LD Suprimentos Industriais LTDA			Em R\$
Balanço Patrimonial em 31/12/2016			
1. Ativo		2. Passivo	
1.1 Ativo circulante	591.510,00	2.1 Passivo Circulante	40.000,00
1.1.1 Disponibilidades	103.510,00	Financiamentos	40.000,00
Caixa	21.426,00	2.2 Passivo não circulante	80.000,00
Banco	82.084,00	Financiamentos	80.000,00
1.1.2 Estoques	488.000,00	3. Patrimônio Líquido	800.000,00
Mercadorias	488.000,00	Capital social	800.000,00
1.2 Ativo não circulante	328.490,00		
1.2.1 Imobilizado	328.490,00		
Sala Comercial	250.000,00		
Veículos	27.000,00		
Equipamentos de Informática	22.744,00		
Móveis e Utensílios	27.316,00		

Equipamentos de Telecomunicação	900,00		
Ferramentas	300,00		
Máquinas e Equipamentos	230,00		
Ativo Total	920.000,00	Passivo + Patrimônio Líquido Total	920.000,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se através do Quadro 08 que no início das atividades o patrimônio inicial foi de R\$ 920.000,00. Deste montante R\$ 800.000,00 foi investido pelos sócios e o restante totalizando R\$ 120.000,00 foi captado através de um financiamento no banco BNDES a uma taxa de 13,50% a.a. sendo no prazo de pagamento de 3 anos, através do sistema SAC de amortização.

Os recursos ora investidos e financiados no momento inicial foram aplicados na atividade da empresa sendo que R\$ 48.720,00 ficou no caixa, e R\$ 871.258,00 na conta corrente da empresa. Através desses respectivos recursos foi planejado o orçamento para a atividade da empresa, e isso possibilitou a melhor alocação dos mesmos. No segundo momento, com base nos dados obtidos, foram aplicados investimentos na abertura da empresa, R\$ 250.000,00 foi na compra de um ponto comercial, como base o melhor preço cotado em orçamento envolvendo corretoras de imóveis, pago à vista com dinheiro do banco.

Também foi investido R\$ 488.000,00 em mercadorias para o estoque na busca de atender a demanda de fornecimento para o setor no momento inicial, pagos à vista e com dinheiro do banco, R\$ 27.316,00 foram investidos na compra de móveis e equipamentos, mais precisamente R\$ 4.236,00 para o setor administrativo para montar toda a estrutura de mobiliário, e R\$ 23.080,00 no setor comercial principalmente investidos na estrutura para comportar todas as mercadorias, com estantes de aço, caixas, e mobiliário, pagos à vista com dinheiro do caixa. Além de equipamentos de telecomunicação em R\$ 1.130,00, equipamentos de informática em R\$22.744,00, R\$ 300,00 em ferramentas e por fim R\$ 27.000,00 em um veículo sobrando um montante de R\$ 21.426,00 no caixa e R\$ 82,084,00, no banco, esses valores totalizaram o balanço patrimonial inicial da empresa LD Suprimentos Industriais LTDA.

5.4.1 Apresentação do DRE do resultado

Quadro 09- Demonstração do resultado trimestral

Empresa LD Suprimentos Industriais					Em R\$
Demonstração do Resultado					
Demonstração de Resultado	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre	Acumulado no Ano

(=) Receita Bruta de Vendas	1.739.100,00	1.765.800,00	1.868.800,00	1.991.100,00	7.364.800,00
(-) Deduções	(249.177,16)	(222.575,05)	(222.748,16)	(227.623,60)	(922.123,97)
(-) ICMS	(185.700,01)	(158.123,35)	(154.536,96)	(154.948,45)	(653.308,77)
(-) PIS	(11.304,15)	(11.477,70)	(12.147,20)	(12.942,15)	(47.871,20)
(-) COFINS	(52.173,00)	(52.974,00)	(56.064,00)	(59.733,00)	(220.944,00)
(=) Receita Operac. Líquida	1.489.922,84	1.543.224,95	1.646.051,84	1.763.476,40	6.442.676,03
(-) Custo Mercadoria Vendida	(683.600,00)	(693.600,00)	(796.600,00)	(880.100,00)	(3.053.900,00)
(=) Resultado Operac. Bruto	806.322,84	849.624,95	849.451,84	883.376,40	3.388.776,03
(-) Despesas Operacionais	(452.180,56)	(449.009,51)	(448.932,58)	(553.530,28)	(1.903.652,93)
(-) Despesas Comerciais	(336.561,16)	(333.926,75)	(334.158,06)	(413.154,00)	(1.417.799,97)
(-) Desp. Comercial	(331.300,00)	(328.400,00)	(328.400,00)	(406.100,00)	(1.394.200,00)
(-) Desp. c/ Depreciação	(5.261,15)	(5.526,74)	(5.758,05)	(7.053,99)	(23.599,93)
(-) Despesas Administrativas	(122.706,60)	(122.488,20)	(122.498,20)	(148.418,20)	(516.111,20)
(-) Desp. Administrativas	(122.100,00)	(121.800,00)	(121.800,00)	(147.700,00)	(513.400,00)
(-) Desp. c/ Depreciação	(606,60)	(688,20)	(698,20)	(718,20)	(2.711,20)
(-/+) Result. Financ. Líquido	(3.712,80)	(3.394,56)	(3.076,32)	(2.758,08)	(12.941,76)
(-) Despesas Financeiras	(3.712,80)	(3.394,56)	(3.076,32)	(2.758,08)	(12.941,76)
(=) Result. Antes IRPJ/CSLL	354.142,28	400.615,44	400.519,26	329.846,12	1.485.123,10
(-) Despesas Com IRPJ	(28.782,00)	(29.316,00)	(31.376,00)	(33.822,00)	(123.296,00)
(-) Despesas Com CSLL	(18.782,28)	(19.070,64)	(20.183,04)	(21.503,88)	(79.539,84)
(=) Resultado Líquido	306.578,00	352.228,80	348.960,22	274.520,24	1.282.287,26

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se no Quadro 09 que após a elaboração dos orçamentos, foi feita a escolha do melhor regime tributário para a empresa como pode ser facilmente visualizado no Quadro 07, e optou-se por prosseguir a atividade da empresa através do modelo de tributação do lucro presumido. Ao decorrer do exercício, surgiram novas aquisições de bens, novas despesas e custos que não estavam presentes no momento de criação da empresa, porém já estavam previstas no orçamento efetuado antes do início da atividade.

Através dos dados pode-se observar que no primeiro ano de atuação da empresa LD Suprimentos Industriais LTDA, apresentou resultados satisfatórios, o valor das vendas brutas girou em média no valor de R\$ 1.841.200,00, o que permitiu cobrir essas novas despesas comerciais, administrativas, impostos sobre imobilizado, novas aquisições e a depreciação sobre eles, dentre outros.

Ainda no Quadro 09, é possível observar um lucro trimestral oscilante, devido a adequação das despesas e custos da empresa, muito se deu devido a economia de mercado onde a partir do segundo semestre, foi perceptível um aumento incidente sobre a matéria prima da empresa, no caso os produtos a serem comercializados, onde foi exigido um leve reajuste no preço das vendas, para não desestabilizar completamente a quantidade de material vendido. Outro fator importante que influenciou no terceiro trimestre que corresponde ao menor lucro foi o pagamento do décimo terceiro salário.

O lucro obtido pela empresa após o pagamento de IRPJ e CSLL presumidos da receita bruta da empresa foi de R\$ 1.282.287,26

5.4.2 Apresentação do balanço patrimonial final

O Quadro 10 traz a representação gráfica do patrimônio final da empresa LD Suprimentos Industriais LTDA, após 1 ano de seu exercício onde, ocorreram mudanças na estrutura de seu balanço patrimonial.

Deste montante de origem de recursos total representado no respectivo balanço patrimonial final, dos R\$ 800.000,00 investidos pelos sócios no momento inicial da criação da empresa, houve um retorno da forma de lucros de R\$ 1.282.287,26, e o restante foram captados de terceiros, sendo liquidado o valor de R\$ 40.000,00 representados através de financiamentos no total de R\$ 120.000,00.

Quadro 10 – Balanço Patrimonial final

Empresa LD Suprimentos Industriais LTDA			Em R\$
Balanço Patrimonial em 31/12/2017			
1. Ativo		2. Passivo	
1.1 Ativo circulante	1.797.024,43	2.1 Passivo Circulante	40.000,00
1.1.1 Disponibilidades	1.421.824,43	Financiamentos	40.000,00
Caixa	53.342,00	2.2 Passivo não circulante	40.000,00
Banco	1.376.482,43	Financiamentos	40.000,00
1.1.2 Estoques	357.200,00	2.3 Patrimônio Líquido	2.082.287,26
Mercadorias	357.200,00	Capital social	800.000,00
1.1.3 Despesas do Exercício Seguinte	18.000,00	Lucro Acumulado	1.282.287,26
Seguros	18.000,00		
1.2 Ativo não circulante	365.262,83		
1.2.1 Imobilizado	357.262,87		
Sala Comercial	250.000,00		
Veículos	54.000,00		
Equipamentos de Informática	41.088,00		
Móveis e Utensílios	36.396,00		
Equipamentos de Telecomunicação	1.180,00		
Máquinas e Equipamentos	460,00		
Ferramentas	450,00		
(-) Depreciação Acumulada	(26.311,13)		
Ativo Total	2.162.287,26	Passivo + Patrimônio Líquido Total	2.162.287,26

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os recursos aplicados na atividade da empresa após 1 ano de atividade estão assim representados: um valor de R\$ 53.342,00 ficou no caixa, enquanto R\$ 1.368.482,43 na conta corrente da empresa, e o equivalente a R\$ 357.200,00 em mercadorias.

Em comparação ao seu balanço inicial, percebe-se que a empresa investiu na aquisição de novas imobilizações, onde somadas com as anteriores acumulou R\$ 26.311,00 em depreciação, onde foi adquirido mais um veículo no mesmo valor totalizando R\$ 54.000,00.

No final, totalizou o valor de R\$ 41.088,00 em equipamentos de informática, R\$ 36.396,00 em Móveis e Utensílios para comportar um volume maior de estoque, e na sua estrutura geral dos setores, R\$ 1.180,00 em equipamentos de telecomunicação para o setor comercial e administrativo, R\$ 460,00 em alguns equipamentos para o auxílio nas atividades e R\$ 450,00 em ferramentas.

5.5 ANÁLISE DO CICLO FINANCEIRO E DO PONTO DE EQUILÍBRIO

Para a gestão de uma empresa, existem diversas ferramentas que contribuem para a mensuração de dados decorrentes a sua atividade, e possibilitam uma melhor aplicação de seus recursos que como já visto trata-se do orçamento. Outro indicador importante é a análise do ciclo financeiro e o ponto de equilíbrio ideal para a empresa, controlando quanto se deve manter em caixa para sanar suas despesas ou controlar a frequência de entrada e saída e o ideal para manter suas atividades no período estudado, ou seja, trata-se de um meio simples e eficaz para a organização financeira da empresa.

Com ele traz-se também outros métodos para a mensuração completa das transições fitas pela empresa, são eles: ciclo operacional (CO); ciclo de caixa (CX); idade média do estoque (IME); prazo médio de cobrança (PMC) e; prazo médio de pagamento (PMP).

Através do Quadro 11, pode-se analisar o ciclo financeiro da empresa LD Suprimentos Industriais LTDA.

Quadro 11 – Balanço Patrimonial inicial

Quanto a Apuração:	Forma de Apuração:	Resultado
Prazo Médio de Cobrança (PMC)		30 dias
Prazo Médio de Pagamento (PMP)		30 dias
Giro de Estoque (GE)	GE= CMV/Estoque Final	8,55 vezes
Idade Média dos Estoques (IME)	IME=360/GE	42,11 dias
Ciclo Operacional (CO)	CO=IME+PMC	72,11 dias
Ciclo de Caixa/ Financeiro (CX)	CX=CO-PMP	42,11 dias
Giro de Caixa (GC)	GC=360/CX	8,55 vezes
Capital de cada GC (Cgc)	Cgc=Desp. Operac./GC	R\$ 222.661,13

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Observa-se através dos indicadores que tanto o prazo médio de cobrança ou o de pagamento, e feito em média em trinta dias, e isso serviu como base para o cálculo dos indicadores de atividade da empresa.

O estoque permanece em depósito 42,11 dias até ser completamente renovado, e ele é renovado cerca de 8,55 vezes ao ano, pois esse é o seu tempo de giro. O ciclo operacional compreende desde a compra, até o recebimento do cliente, onde totaliza 72,11 dias para ser feito. O ciclo de caixa ou também chamado de financeiro é de 42,11 dias, e ocorre 8,55 giros de caixa ao ano, sendo necessário um capital de R\$ 222.661,13 para efetuar cada giro de caixa, ou seja, esse montante é necessário para sanar suas despesas a cada giro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o objetivo de verificar o regime tributário adequado para uma empresa comercial do segmento suprimentos industriais, iniciou-se um estudo de campo para estudar os métodos utilizados por uma empresa real e com isso realizou-se uma análise tributária baseada nas informações obtidas que foram cedidas pelo administrativo da empresa ora observada, Casa dos Rolamentos LTDA, localizada em Chapecó/SC, e foi com base no o seu faturamento no período de um ano, despesas, compras e características tributárias, o que nos permitiu criar uma empresa fictícia para realizar o objetivo do estudo. O primeiro passo foi conhecer o mercado atual e como começou a ser produzidos os suprimentos para a indústria estudados e de que forma se mostram importantes.

Foi de extrema importância buscar compreender a área tributária, seus objetivos e aplicações, junto com a legislação, aplicando-as na empresa fictícia, atendendo pelo nome de LD Suprimentos Industriais LTDA, buscando a melhor forma de tributar, já que o planejamento tributário não é somente um direito, mas um dever determinado em artigo e indispensável dentro da empresa, para redução de custos, e também como ferramenta administrativa, e para isso foram feitas simulações unindo os conceitos de duas áreas que se correlacionam em uma empresa, a administração financeira e o planejamento tributário, para a melhor escolha de seu regime.

E respondendo a proposta apresentada, em cima dos dados apresentados, calculou-se a tabela de tributação de cada regime, observando e identificando que o melhor regime tributário para a empresa LD Suprimentos Industriais LTDA seria o Lucro Presumido, pois pode se

perceber que a empresa atingiu a sua meta de lucro demonstrações de maneira satisfatória e em quantidade maior que os outros regimes aplicáveis.

Para embasamento da pesquisa, e elaboração do artigo aprofundou-se estudos nas áreas de história e evolução da contabilidade, contabilidade tributária, economia e administração financeira e orçamentária, regido pelos 5 professores das matérias do semestre.

E observou-se através das informações apresentadas no artigo, como é importante efetuar o planejamento da empresa ao ver contábil, para que não ocorram imprevistos que possam comprometer a vida da empresa, onde ela não precisa sacrificar a sua gestão e capacidade de gerir suas informações para poder economizar seu dinheiro em tributos, o que pode ser feito através de uma escolha de como irá arrecadá-lo, pois como alunos é possível identificar através do estudo, o fato de que atitudes em que beiram a ilegalidade não podem necessariamente significar um lucro, pois uma gestão comprometida dificilmente demonstra a situação real em que a empresa se encontra, o que só é notado na ocorrência de um imprevisto.

REFERÊNCIAS

ABIMAQ, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos. **Anuário 2011-2012**. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br>. Acesso em agosto 2017.

ANDION, M. C.; FAVA, R. **Coleção Gestão Empresarial**. Curitiba: FAE: Associação Franciscana de Zensiuono Senhor Bom Jesus, 2002.

BEARINGNEWS. **O Mercado de Rolamento vai alcançar o faturamento de US\$ 96 bilhões em 2016**. Disponível em: <http://br.bearing-news.com>. Acesso em: 19 de Set, 2017.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 11° Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CASADOSROLAMENTOS. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.casadosrolamento.com.br>. Acesso em: 01 de Out. de 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3° Ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 3 Ed. São Paulo: Pioneira, 2009.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Lei 8.078 de 11/09/90. 24° Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COELHO, Claudio Ulysses Ferreira; LINS, Luis dos Santos. **Teoria da Contabilidade: Abordagem Contextual, Histórica e Gerencial.** São Paulo: Atlas, 2010.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisas em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FABRETTI, Lúdio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os Cursos de Administração e Ciências Contábeis.** 4° Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 10° Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Edison Carlos. **Impacto da Lei n° 11.638/07 sobre os tributos e a contabilidade.** 2° Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Anelice Maria Banhara, et al. **Pesquisa Científica e trabalhos acadêmicos.** 2° ed. Chapecó: UCEFF, 2014.

FIGUEIREDO, Ferdinando de Oliveira. **Introdução a contabilidade nacional.** 16° Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FLOUD, Roderick. **The British machine tool industry.** Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6° ed., São Paulo: Atlas, 2014

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernandez. **Microeconomia.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e Orçamentária.** 11° Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

INFOMOTOR. **Retentor de Óleo lubrificante nas Válvulas do Cabeçote.** Disponível em: <<http://www.infomotor.com.br/site/2009/03/698/>>. Acesso em: 19 de Set, 2017.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial.** 9° Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; _____. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 3° Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J.. **Economia Internacional.** 10° Ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Teoria da Contabilidade.** 3° Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9° Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial: Manual de Elaboração**. 4° Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e práticas**. 21° Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Luís Martins de; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JR., José Hernandez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de contabilidade tributária**. 6° Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 1° Ed. São Paulo: Saraiva, 2005

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al. **IRPJ/CSLL 2008: Manual do Imposto de Renda Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**. 2° Ed. São Paulo: IOB, 2008

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução a Economia**. 20° Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SANVICENTE, A. Z.; SANTOS, C. da C. **Orçamento na Administração de Empresas: Planejamento e Controle**. 2° Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira Das Empresas**. 6° Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, L. L. da. **Contabilidade geral e tributária**. 2° Ed. São Paulo: IOB Thomson, 2005.

STRAIOTO, Dizia Maria G. T. **Contabilidade e os ativos que agregam vantagens superiores e sustentáveis de competitividade: O capital intelectual**. Revista Brasileira de Contabilidade: Brasília, 2000.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN, Francisco Morcillo. **Introdução à Economia**. 3° Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 3° Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **Regime de tributação federal**. 7° Ed. Curitiba: Juruá, 2009.